

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: A ENFERMAGEM FORTALECENDO ESSA PROPOSTA

Maria Elizabeth da Costa Felipe Santiago¹

¹Enfermeira pela Universidade Potiguar (UnP), Pós-graduanda em Enfermagem do Trabalho – elizabeth55_@hotmail.com

Atualmente há um progresso quanto à utilização de medicinas alternativas e suplementares, especialmente, em países desenvolvidos. Dessa maneira, é indispensável o resgate dos principais marcos na história da saúde que estabeleceram a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), frente a essas circunstâncias, o objetivo é sondar a capacidade que o profissional enfermeiro possui para desenvolver sua autonomia de acordo com PNPIC, no que diz respeito à inserção das práticas integrativas durante o cuidar em enfermagem. O método de pesquisa utilizado para seu desenvolvimento trata-se de um estudo teórico reflexivo realizado através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados: Organização PanAmericana de Saúde (Opas), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latinoamericana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e Literatura Internacional em Ciências da Saúde (Medline), sendo selecionados 12 artigos publicados entre 2009 e 2015, utilizando-se das palavras-chave terapias integrativas, terapias complementares e autonomia do profissional de enfermagem. As pesquisas demonstraram o desconhecimento dos enfermeiros quanto à legislação e a falta de capacitação específica, desse modo, visualiza-se a necessidade em introduzir disciplinas teórico-práticas a respeito das terapias integrativas e complementares na graduação, com intuito de incentivar o interesse dos acadêmicos por novas áreas de atuação, e, quando egressos, os enfermeiros devem ir em busca de qualificação e especializações em Terapias Integrativas e Complementares.

Palavras-chave: Terapias Integrativas e Complementares, profissional de enfermagem, qualificação e especialização.

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje há um progresso expoente na utilização de medicinas alternativas e suplementares, especialmente, em países desenvolvidos. A literatura vigente aponta que em países em estado de evolução e os mais necessitados, a medicina não convencional continua como um componente relevante no tratamento (SPADACIO; BARROS, 2015). Dessa maneira, é indispensável o resgate dos principais marcos na história da saúde que estabeleceram a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), sua conexão e implicação na construção e execução do profissional de enfermagem como mecanismo de qualificação e maior obtenção de resolução nas ações de saúde e cidadania do cliente do serviço público de saúde (BRASIL, 2006).

O impacto de publicação da PNPIC atingiu, entre outros, os campos: econômico, tecnológico e político-social, visto que, favorece a inserção de atividades de cuidado inserida no discurso e na ação dominadora agregada ao

(83) 3322.3222

contato@congrepics.com.br

www.congrepics.com.br

comercio de objetos e atividade da racionalidade biomédica (BARROS, 2010).

Essa Política é compreendida pelos gestores como uma das condições que assegure a universalização da assistência em saúde, mediante a escolha de seu tratamento pelos pacientes. Nos vinte anos anteriores, o Sistema Único de Saúde (SUS) passou por várias modificações em sua composição política, jurídica e organizativa, com ampliação expressiva da assistência médica ofertada à população. O custo baixo no tratamento e a insuficiência na efetividade da medicina convencional depõe de referencias que são fundamentais enquanto razão da progressiva introdução das praticas optativas nas atividades públicas de saúde, estando à homeopatia como a prática terapêutica mais evidenciada na ultima década (PINHEIRO; LUZ, 2010).

Visto o crescimento na utilização de medicinas alternativas e complementares, há indispensabilidade dos profissionais de saúde para que estejam habilitados a esclarecer e atender aos usuários, reconhecendo os efeitos adversos, interações medicamentosas e desenvolver as medicinas complementares separadas ou agregadas às medicinas convencionais com segurança (CHRISTENSEN, 2013).

A associação entre as terapias complementares e a enfermagem tem atraído conforme as crescentes vantagens na área da saúde em todo o mundo. Alguns cientistas tem investigado essa questão explorando as circunstancias comunitária, cultural, governamental e econômico, além das compatibilidades e características entre essas terapêuticas e a enfermagem (ADAMS; TOVEY, 2009).

Ainda predomina a estrutura do conhecimento científico, nightingaliano, fracionado e separado com essas praticas integrativas e complementares de saúde. Nesse sentido inclui-se a figura excessivamente técnica de atender e assistir o translado de que inexistente um pacto comunitário com a desconstrução de práticas oprimidas no setor da saúde (PIRES, 2010). Pires (2010) ressalta também que é indispensável aplicar no exercício analítico reflexivo para alterar as práticas, mitos e conservadorismos, através do pensamento moderno e da atuação da população, conscientizando-a para prática profissional e firmando seu poder nos ambientes em que está inserido.

Incorporando esse modelo de refletir a prática da enfermagem, compreendem-se as buscas como fundamentais no desenvolvimento dessas

ações, assim como, explorar de forma mais intensa a associação entre as atividades alternativas e complementares e a prática da enfermagem (BARROS, ADAMS, 2009).

Frente a essas circunstâncias, o objetivo deste trabalho é sondar a capacidade que o profissional enfermeiro possui para desenvolver sua autonomia de acordo com a PNPIC, no que diz respeito à inserção das práticas integrativas durante o cuidar em enfermagem.

METODOLOGIA

Constituiu-se de um estudo teórico reflexivo, realizado a partir da leitura crítica da PNPIC do Sistema Único de Saúde (SUS), e de estudos atuais, que tem em sua composição as práticas integrativas e complementares em saúde e na enfermagem.

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura, cuja seleção bibliográfica inicialmente foi feita por pesquisa exploratória e sistemática de documentos eletrônicos presentes na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados: Organização PanAmericana de Saúde (Opas), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latinoamericana e do Caribe em ciências da Saúde (Lilacs) e Literatura Internacional em Ciências da Saúde (Medline). Outras fontes também foram manuseadas, como livros, manuais, teses e dissertações, além de documentos oficiais do Ministério da Saúde.

Foram selecionados 10 artigos, correspondentes aos anos de 2009 a 2015, utilizadas as palavras chave: Terapias integrativas, terapias complementares e enfermagem e a PNPIC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Terapias Integrativas e Complementares: A Enfermagem acrescentando e se consolidando a cerca dessa proposta

A enfermagem vivencia uma discussão de base ao tentar acrescentar as atividades diversificadas, erguer novos princípios sobre o corpo e modos de cuidar. Entretanto, continua submersa no “corpo hospitalar”, com pouco ou nada sobre a flexibilidade na forma de raciocinar e agir. Daí aparece a grande indagação: Até onde a enfermagem conseguirá cumprir algo distinto dos modelos especificados da clínica que ainda delimita as ações de cuidado e intervenção (PIRES, 2012).

Segundo Pires (2012), Com a ampliação das Terapias Integrativas e Complementares, aparece à necessidade em debater a

formação profissional do enfermeiro, devido à indispensabilidade quanto à forma “dormente” de cuidar, introduzindo conteúdos e qualificações nessa área, até então absorvidos em parte pelos profissionais de saúde.

Mesmo que o conhecimento teórico ofereça incentivos para a formação do conceito de integralidade entre os acadêmicos, no entanto, alguns questionamentos poderiam ser dispersos na prática profissional, com a inclusão do estudante no contexto das práticas que incentivem à exploração de assuntos embasados em situações problema. É impossível refletir sobre a saúde sem pensar na educação no aspecto mais amplo do conhecimento, na concepção de suas implicações (LOCH-NECKEL; CARMIGNAN; CREPALDI, 2015).

Tendo-se essa proximidade entre as atividades terapêuticas e a enfermagem, é primordial que o enfermeiro concorde com a situação de adaptar-se a algumas ações integrativas oficialmente constituídas e cientificamente confirmadas, exemplo da acupuntura. Para que isso ocorra, é necessário desenvolver o fortalecimento, procedimento que favorece o poder, ou seja, a eficiência para realizar, decidir como um todo, para aplicação pessoal, nas sociedades, exercendo nos contextos estabelecidos como importante (LOCH-NECKEL; CARMIGNAN; CREPALDI, 2015).

Assim como está amparado pela Resolução Cofen n° 197/97, que determina e reconhece as terapias integrativas como especialidade e/ou capacitação profissional em enfermagem, logo que este conclua e obtenha sua aprovação em curso reconhecido institutos de ensino ou entidade de mesmo gênero, com carga horária mínima de 360 horas (COFEN, 1997).

Sucessivamente, torna-se primordial estender perspectivas teóricas em prol da técnica da acupuntura, com ampliação da terapêutica para o enfermeiro nas academias e instituições de saúde, públicas e privadas, para que se faça uma prática multiprofissional, partilhada, com ética e em benefício dos cidadãos brasileiros (KUREBAYASHI; OGUISSO; FREITAS, 2014).

A enfermagem deve colocar-se nesse ambiente atual e cooperar com a formação nessa área. A sociedade tem desfrutado muito as terapias integrativas e complementares para reestabelecer a sua saúde e, progressivamente tem procurado outros terapeutas que não são profissionais da saúde. Os enfermeiros revelam-se entusiasmados com as Terapias Integrativas, e ainda, aceitam que estas podem facilitar

a evolução da saúde, todavia o desconhecimento da legislação e a carência de qualificação teórico-prática os designam para o desempenho nessa área (NUÑEZ; CIPSAK, 2009). A enfermagem é capacitada para estender seu espaço de atuação e atribuir certas práticas integrativas e complementares como elementos do cuidado.

Na administração das práticas complementares, torna-se fundamental a atuação dos profissionais enfermeiros para disseminar as possíveis terapêuticas e modos preventivos aos clientes. Entretanto, há de se incentivar essa discussão como compromisso de todos os envolvidos: desde os docentes e enfermeiros assistenciais, até os graduandos, posto o cenário das práticas integrativas e complementares um recente aspecto do serviço de trabalho, na área da saúde propício e em crescimento (PARANAGUÁ; BEZERRA, 2011).

CONCLUSÕES

Frente o exposto, o profissional enfermeiro necessita entender essas práticas integrativas, enfrentar a paralisação das terapêuticas presentes e liberta-se de modo a preencher esse espaço, modificando a assistência do cuidado, com humanização e capaz de desenvolver a independência do outro.

A enfermagem deve se fortalecer nesse novo sentido de inclusão e complementaridade entre o cuidado normalmente comum e os cuidados integrativos. Para tanto, entende-se que é necessário, incluir na academia as disciplinas teórico praticas integrativas e complementares, e, quando egressos, os enfermeiros devem ir à busca de qualificação e especializações em Terapias Integrativas e Complementares.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, J; TOVEY, P.; **Complementary and Alternative Medicine (CAM) and nursing: from advocacy to critical sociology.** In: Tovey P, Easthope G, Adams J. The Mainstreaming of Complementary and Alternative Medicine: studies in social context. London: Routledge, 2009.

BARROS, N. F.; ADAMS, J.; A pesquisa sobre as terapias alternativas e complementares e enfermagem no Brasil. **Rev Latinoam Enferm.**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 453-454, mai/jun. 2009.

BARROS, N. F.; Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: uma

- ação de inclusão. **Ciênc Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, jul/set. 2010.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. Brasília: MS, 2006.
- Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Resolução COFEN197/ 97. **Estabelece e reconhece as terapias alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de enfermagem**. Brasília (DF), 1997. [Citado em 01 abr. 2017]. Disponível em: <http://www.portalcofen.gov.br/2010/materias.asp?ArticleID=7041§ionID=34>
- CHRISTENSEN, M. C.; **O ensino de medicinas alternativas e complementares em escolas medicas: revisão sistemática da literatura**. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.
- KUREBAYASHI, L. F. S.; OGUISSO, T.; FREITAS, G. F.; Acupuntura na Enfermagem brasileira: dimensão éticolegal. **Acta Paul Enferm.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 210-212, 2014.
- LOCHNECKEL, G.; CARMIGNAN, F.; CREPALDI, M. A.; A homeopatia no SUS na perspectiva de estudantes da área da saúde. **Rev Bras Educ Med.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 82-90, 2015.
- NUÑEZ, H. M. F.; CIOSAK, S. I.; Terapias alternativas/complementares: o saber e o fazer das enfermeiras do distrito administrativo 71 Santo Amaro São Paulo. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo, v. 37, n. 3, set. 2009.
- PARANAGUÁ, T. T. B.; BEZERRA, A. L. Q.; Atuação do enfermeiro em um hospital especializado em práticas integrativas. **Rev Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 261-267, 2011.
- PINHEIRO, R.; LUZ, M. T.; **Práticas eficazes x modelos ideais: ação e pensamento na construção da integralidade**. In: Pinheiro R, Mattos RA, organizadores. **Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde**. Rio de Janeiro (RJ): IMS/UERJ CEPESC ABRASCO, 2010.
- PIRES, M. R. G. M.; Pela reconstrução dos mitos da enfermagem a partir da qualidade emancipatória do cuidado. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 717-723, 2007.
- PIRES, M. R. G. M.; Politicidade do cuidado como referência emancipatória para a enfermagem: conhecer para cuidar melhor, cuidar para confrontar, cuidar para emancipar. **Rev Latinoam Enferm.**, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 729-736, 2012.



SPADACIO, C.; BARROS, N. F.; Os sentidos das práticas terapêuticas convencionais e não convencionais no tratamento do câncer. **Interface**, Botucatu, v. 13, n. 30, jul/set. 2015.

